CADERNOS MACAMBIRA

ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v. 11, n. especial, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11iespecial.2175.
Número especial: Morrer e Amar na (re)criação do viver

ARTIGO / ARTICLE

RITUAIS INTERROMPIDOS: O MORRER NAS RUAS DE SALVADOR E A NEGAÇÃO DA MEMÓRIA COMO PRÁTICA NECROPOLÍTICA

INTERRUPTED RITUALS: DYING IN THE STREETS OF SALVADOR AND THE DENIAL OF MEMORY AS A NECROPOLITICAL PRACTICE

Afraedille de Carvalho Ribeiro[1]

[z]*Afraedille de Carvalho Ribeiro. - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Direito de Familia e Sucessões (CERS). Graduada em Direito (UCSal). E-mail: afraedille@gmail.com. ORCID: 0009-0000-7982-0877. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0365455217788014

Recebido: 30/04/2026 - **Revisado**: 18/06/2026 - **Aceito**: 01/09/2026 - **Publicado**: 30/09/2026

RESUMO: Este artigo analisa o fenômeno do "morrer nas ruas" como expressão última da invisibilidade social vivida por pessoas em situação de rua no Brasil, com foco na cidade de Salvador. A partir de uma revisão crítica de três estudos fundamentais: Existências-relâmpago: notas etnográficas sobre o morrer no mundo da rua, Morte e vida nas ruas de São Paulo: uma visão biopolítica do Centro e Resiliência e encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo articula-se uma reflexão que perpassa as dimensões da morte sem rituais, do apagamento da identidade, da necropolítica estatal e das resistências possíveis por meio de afetos e redes de cuidado. Utilizando dados do censo nacional da população em situação de rua e do realizado pelo Projeto Axé em Salvador em 2023, o artigo propõe uma leitura situada e comparativa sobre como a morte, para a população em situação de rua, se dá muitas vezes sem luto, sem nome e sem memória. Busca-se compreender se os padrões de obliteração identificados em outras capitais se repetem em Salvador, analisando as práticas e discursos que invisibilizam ou, ao contrário, possibilitam reconhecimento, cuidado e resistência no espaço urbano.

Palavras-chave: *Morador de rua. Exclusão Social. Necropolítica. Rituais fúnebres.*

ABSTRACT: This article analyzes the phenomenon of "dying in the streets" as the ultimate expression of the social invisibility experienced by homeless people in Brazil, focusing on the city of Salvador. Based on a critical review of three fundamental studies: Flash Existences: ethnographic notes on dying in the homeless, Death and life on the streets of São Paulo: a biopolitical view of the city center and Resilience and transforming encounter in homeless people in the city of São Paulo, a reflection is articulated that encompasses the dimensions of death without rituals, the erasure of identity, state necropolitics, and the possible resistances through affection and care networks. Using data from the national census of the homeless population and from the census conducted by Axé Project in Salvador in 2023, this article proposes a situated and comparative reading of how death, for the homeless population, often occurs without mourning, without a name, and without memory. It seeks to understand whether the patterns of obliteration identified in other capital cities are repeated in Salvador, analyzing the practices and discourses that render invisible or, conversely, enable recognition, care, and resistance in the urban space.

Keywords: *Homeless person. Social exclusion. Necropolitics. Funeral rituals*

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INTRODUÇÃO

A morte, em muitas culturas, é envolta por rituais, afetos e significados que reconhecem a finitude como parte da condição humana. No entanto, para grande parte da população em situação de rua no Brasil, morrer é também ser definitivamente esquecido. A ausência de velórios, de nomes gravados, de despedidas formais e, por vezes, até mesmo de enterros dignos, revela que o morrer nas ruas não é apenas um fato biológico, mas um desdobramento final da invisibilidade social que marca essas vidas.

Este artigo analisa criticamente o fenômeno do morrer nas ruas a partir de uma revisão de literatura e de dados secundários. A reflexão baseia-se em três contribuições centrais: o estudo etnográfico de Furtado (2021), que introduz o conceito de existências-relâmpago e articula a precariedade da morte ao necropoder; a análise de Costa (2016), que explora as disputas políticas e simbólicas em torno do massacre da Praça da Sé, em São Paulo; e a tese de Alvarez (2003), que revela como vínculos afetivos e encontros transformadores podem potencializar experiências de resiliência mesmo em contextos de extrema vulnerabilidade.

Utilizando dados do censo da população em situaçao de rua (Brasil, 2023), do levantamento realizado pelo Projeto Axé em Salvador (Salvador, 2023) e de reportagens sobre a morte de pessoas em situação de rua, o que se propõe é examinar se os padrões de obliteração observados em Porto Alegre e São Paulo encontram ecos no contexto soteropolitano. O artigo não se fundamenta em dados empíricos primários, mas em revisão crítica da literatura e análise de dados secundários, à luz dos referenciais teóricos e das evidências disponíveis, sobre a forma como o morrer nas ruas expressa uma política de não-reconhecimento e, ao mesmo tempo, convoca a sociedade a repensar os limites do cuidado, da memória e da dignidade.

Mais do que um retrato fúnebre da exclusão, o artigo busca iluminar os sentidos políticos e sociais da morte na rua, resgatando não apenas a crítica à necropolítica (Mbembe, 2018), mas também as formas de enfrentamento simbólico e comunitário que surgem mesmo nos contextos mais adversos. A morte, neste contexto, não é apenas o fim biológico, mas também um marcador da dignidade que se nega ou se reinventa no espaço público (Butler, 2015).

Parte-se da premissa de que a forma como a morte da população em situação de rua é tratada revela uma estrutura seletiva de reconhecimento, que define quais vidas são consideradas dignas de memória e quais podem ser socialmente esquecidas.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e analítica, desenvolvida por meio de revisão de literatura de caráter narrativo, articulada à análise de dados secundários. Tal abordagem foi escolhida em razão da complexidade do objeto investigado: o fenômeno do morrer nas ruas, que envolve dimensões sociais, simbólicas e políticas não apreensíveis por métodos exclusivamente quantitativos, exigindo interpretação crítica fundamentada em referenciais das ciências sociais e do direito.

O estudo situa-se no contexto brasileiro, com recorte específico na cidade de Salvador, Bahia, considerando o cenário urbano e as condições de vida da população em situação de rua nesse território. A análise incorpora dados recentes, especialmente do censo nacional da população em situaçao de rua (Brasil, 2023) e do levantamento realizado pelo Projeto Axé em Salvador (Salvador, 2023), permitindo uma leitura contextualizada e atual do fenômeno.

A revisão de literatura foi conduzida de forma não sistemática, com seleção intencional de obras consideradas relevantes para a temática. Foram adotados como critérios de inclusão: estudos com abordagem qualitativa, especialmente de natureza etnográfica ou analítica; produções centradas na população em situação de rua, com ênfase nas experiências de morte, invisibilidade social, rituais fúnebres e processos de reconhecimento; e trabalhos com contribuição teórica significativa para a discussão de conceitos como necropolítica, precariedade e luto diferencial. Não houve delimitação temporal rígida, sendo priorizadas obras de reconhecida relevância acadêmica.

Com base nesses critérios, foram selecionadas como referências centrais as produções de Furtado (2021), Costa (2016) e Alvarez (2003), as quais foram analisadas em diálogo com os aportes teóricos de Mbembe (2018), no que se refere à necropolítica, e Butler (2015), acerca da noção de vidas passíveis de luto.

O universo da pesquisa compreende, portanto, produções acadêmicas e dados institucionais que abordam a população em situação de rua, bem como documentos oficiais e levantamentos empíricos disponíveis. A coleta de dados consistiu na seleção e leitura crítica dessas fontes, enquanto a análise foi realizada por meio de abordagem temática, com identificação de categorias analíticas emergentes. Essa técnica foi escolhida por permitir a organização e interpretação de padrões recorrentes nos materiais analisados, favorecendo a construção de uma compreensão integrada do fenômeno.

Entre as categorias construídas, destacam-se: invisibilidade social e obliteração da identidade na morte; ausência de rituais fúnebre s e apagamento da memória; necropolítica e gestão da morte pelo Estado; e formas de pertencimento, afeto e resistência.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa não envolveu coleta direta de dados com seres humanos, sendo baseada exclusivamente em fontes secundárias de acesso público e em literatura acadêmica, não havendo, portanto, necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa.

Como contribuição, o estudo busca ampliar o debate jurídico e interdisciplinar sobre a morte da população em situação de rua, oferecendo uma leitura crítica que articula teoria e dados empíricos, com ênfase no contexto de Salvador, ainda pouco explorado na literatura.

O MORRER NAS RUAS: INVISIBILIDADE, OBLITERÇÃO DA IDENTIDADE E LUTA POR RECONHECIMENTO

A morte de pessoas em situação de rua escancara o que há de mais brutal na experiência da exclusão: o desaparecimento sem nome, sem despedida, sem história. Como observa Furtado (2021), essas mortes são frequentemente tratadas como eventos burocráticos, silenciosos, administrados sob a lógica da eficiência estatal, em que os corpos são classificados como “óbitos não comercializáveis” e destinados a covas rasas de decomposição rápida. A ausência de rituais e a substituição do nome por números cravam uma segunda morte, simbólica, na qual a identidade, já fragilizada em vida, é definitivamente obliterada.

Essa obliteração da identidade tem efeitos profundos não apenas no campo simbólico, mas também jurídico e político. Costa (2016) revela que, diante da morte nas ruas, agentes do Estado precisam “transformar o corpo em cadáver”, isto é, produzir administrativamente a figura do morto, atribuindo-lhe causa, data, local e, se possível, um nome. Quando isso não é possível, o corpo torna-se “indigente”, expressão que não apenas denota anonimato, mas carrega em si o fracasso da sociedade em reconhecer aquela vida como digna de memória e pertencimento.

Trata-se, como aponta Butler (2015), da negação da condição de “vida passível de luto”. Segundo a autora, há vidas que não são apreendidas como vidas, pois não se inserem nos marcos normativos de reconhecimento social. A vida que não pode ser chorada é também aquela que, mesmo em vida, já era considerada descartável. A morte, nesse caso, não é apenas biológica, mas um processo contínuo de apagamento, iniciado muito antes da cessação dos batimentos cardíacos.

A dificuldade de atribuir identidade a essas mortes expressa a precariedade de direitos vivida por essa população. O censo nacional da população em situaçao de rua (Brasil, 2023) destaca que grande parte das pessoas em situação de rua não possui documentos civis atualizados, o que dificulta a identificação em casos de óbito e impede, inclusive, que familiares sejam notificados ou que o sepultamento siga algum rito cultural ou religioso. Em Salvador, o levantamento do Projeto Axé também aponta essa lacuna documental como um dos elementos centrais da exclusão social (Salvador, 2023). O resultado é que muitas dessas mortes se encerram de forma anônima, sem vestígios, sem registro público ou afetivo.

Contudo, mesmo diante desse cenário de apagamento, surgem, por vezes, mobilizações que buscam romper com esse ciclo. A luta por reconhecimento emerge como uma forma de reivindicar, ainda que tardiamente, a humanidade da pessoa falecida. Costa (2016) descreve como o massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo em 2004, impulsionou a criação de cerimônias simbólicas como missas, cortejos e velórios de corpos ausentes, realizadas por organizações sociais, religiosas e membros da própria população

em situação de rua. Esses rituais tornam-se não apenas formas de luto, mas também estratégias políticas de visibilização e denúncia.

A noção de “existências-relâmpago”, proposta por Furtado (2021), é particularmente potente nesse contexto: trata-se de vidas cuja única visibilidade pública ocorre no instante de sua morte violenta ou em sua consequência. Essa visibilidade efêmera, ainda que trágica, pode operar como um catalisador político, como demonstrado pela fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) logo após o massacre. Assim, mesmo quando negado em vida e esquecido na morte, o sujeito em situação de rua pode, paradoxalmente, ser relembrado no grito coletivo que recusa o apagamento.

Essas disputas pelo reconhecimento da morte enquanto digna não são apenas simbólicas, mas se inscrevem no campo das políticas públicas. Como argumenta Mbembe (2018), o poder de deixar morrer ou de escolher quem merece morrer sem alarde, integra o campo da necropolítica, um modo de governo que administra a morte com base em critérios sociais, raciais e econômicos. No caso da população em situação de rua, esse poder se expressa não apenas na morte material, mas no modo como ela é narrada, registrada e, frequentemente, esquecida.

A luta por reconhecimento, portanto, não se dá apenas para manter vivos os que ainda resistem nas ruas, mas também para impedir que os mortos sejam apagados duas vezes: pela violência que os matou e pelo silêncio que os sepulta.

O RITUAL DA MORTE PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A OBLITERAÇÃO DA MEMÓRIA

Os rituais de morte, em diferentes sociedades, não apenas marcam a passagem de um corpo do mundo dos vivos para o mundo dos mortos, mas também asseguram que essa existência seja reconhecida e inscrita na memória coletiva. No entanto, para a população em situação de rua, a ausência de vínculos formais, de documentação civil e de presença familiar faz com que a morte se processe frequentemente sem rituais, sem testemunhas e sem registro. A ausência do rito não é apenas um descuido prático: é parte do apagamento sistemático de uma vida que já vinha sendo negada.

Furtado (2021), ao acompanhar etnograficamente o destino de corpos de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, demonstra como a ausência de cerimônias, a rotulagem como “indigente” e os sepultamentos em covas de decomposição rápida configuram uma experiência de esquecimento programado. Não há velório, não há nome nas cruzes, não há presença de familiares ou amigos, apenas números gravados em madeira e o silêncio burocrático do Estado. Após três anos, os restos mortais são transferidos para ossuários comuns, sem qualquer tipo de separação ou marcação. Trata-se, segundo o autor, de um “processo de morte socialmente diferenciado”, no qual a obliteração da identidade prossegue mesmo após a morte física.

Essa constatação é corroborada por Costa (2016), ao estudar os desdobramentos do massacre da Praça da Sé. O autor observa que, enquanto a morte de sujeitos reconhecidos socialmente costuma ser acompanhada de rituais formais e espaços de luto públicos ou privados, a morte nas ruas é, por definição, marcada pela ausência. Não há quem organize o enterro, não há quem publique notas de falecimento, não há quem reclame o corpo. E, no entanto, paradoxalmente, é essa ausência que motiva alguns grupos sociais a criarem rituais alternativos, como as missas de corpo ausente, cortejos simbólicos e protestos públicos promovidos por membros da própria população em situação de rua, religiosos e movimentos sociais.

A partir dessas iniciativas, o luto se transforma em estratégia política. Furtado (2021) relata que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), fundado a partir das repercussões do massacre da Praça da Sé, passou a organizar todos os anos, no dia 19 de agosto, atos públicos em memória das vítimas com velas, nomes pronunciados em voz alta, orações, flores e panos negros. Essas ações performativas resgatam os mortos da invisibilidade e inscrevem suas vidas em uma memória coletiva que recusa o esquecimento. São, portanto, rituais de luto que também operam como rituais de luta.

Nesse contexto, o conceito de “inserção pela morte”, utilizado por Costa com base em Gaboriau e Terrolle (Gaboriau e Terrolle, 2003, apud Costa, 2016), ganha contornos dramáticos: só na morte alguns moradores de rua passam a ser reconhecidos como sujeitos, porque é nesse momento que o Estado, as instituições ou a sociedade civil se mobilizam para dar nome, causa, localização

e, ainda que minimamente, alguma forma de dignidade a essa trajetória. O problema, no entanto, é que isso ocorre tardiamente e de forma desigual, pois a maioria dessas mortes continua não sendo sequer notada.

Alvarez (2003) oferece uma contribuição importante ao deslocar o olhar do apagamento para as possibilidades de reconstrução subjetiva a partir de vínculos afetivos. Em sua tese, ela mostra que, quando há relações de confiança com membros da sociedade civil, especialmente religiosos, professores e cuidadores voluntários, os moradores de rua conseguem elaborar formas de pertencimento que resistem ao desaparecimento simbólico. Ainda que sua abordagem esteja centrada na vida e não na morte, ela nos ajuda a compreender que, quando há laços afetivos, há também maiores chances de que, ao morrer, aquela pessoa seja velada, nomeada e lembrada, ainda que de maneira informal.

Nas ruas de Salvador, embora ainda faltem estudos empíricos sistemáticos sobre os ritos de passagem pós-morte, o levantamento do Projeto Axé (Salvador, 2023) já evidencia que a maioria da população em situação de rua da cidade vive à margem do registro civil e das redes familiares. Essa fragilidade documental e relacional pode indicar que muitas mortes continuam sendo tratadas como “casos administrativos”, sem o reconhecimento simbólico de uma perda. Além disso, até o momento, não se identificam movimentos amplos, como o MNPR, atuando sistematicamente na produção de memória sobre essas mortes no contexto soteropolitano.

A ausência de rituais, portanto, não é apenas uma falha ou lacuna prática. É parte de uma lógica política que define quais corpos merecem ser lembrados e quais podem desaparecer sem deixar vestígios. O apagamento da memória após a morte reforça a tese de Butler (2015), para quem a vida só se torna inteligível quando é passível de luto. Se não há luto, não há vida reconhecida. E se não há memória, a morte confirma a marginalidade a que aquele sujeito foi condenado em todo o seu percurso social.

A INVISIBILIDADE SOCIAL E SEUS EFEITOS NA VIDA E NA MORTE

A invisibilidade social não se restringe à ausência de representação simbólica ou reconhecimento público durante a vida: ela persiste e, por vezes, se intensifica na morte. Viver nas ruas implica, frequentemente, ocupar uma

posição marginalizada no espaço urbano, sem acesso regular a serviços de saúde, educação, moradia ou políticas públicas contínuas. Morre-se, então, como se viveu: à margem das estruturas que asseguram a dignidade, o pertencimento e a cidadania.

Furtado (2021) demonstra que a invisibilidade é um dispositivo ativo e estruturante na relação entre o Estado e a população em situação de rua. A partir da análise de três casos de morte em Porto Alegre, ele observa que a precariedade que marca a vida desses sujeitos, desassistência, desfiliação, ausência de registros civis e de vínculos institucionais, resulta em mortes tratadas de forma indiferenciada, sem ritos, sem nomes e sem memória. Os corpos são sepultados em espaços impessoais e descartados em ossuários comuns, sem qualquer possibilidade de retorno simbólico ao tecido social do qual foram expelidos.

Essa mesma lógica se observa em São Paulo, segundo Costa (2016), ao narrar as dificuldades institucionais enfrentadas para atribuir identidade a corpos encontrados nas ruas. O processo de reconhecimento, nome, origem, parentesco, depende de uma série de dados que, na maioria das vezes, estão ausentes. A falta de documentos, de prontuários de saúde, de vínculos familiares formalizados, transforma a vida pregressa do falecido em um mistério indecifrável. Dessa forma, o que deveria ser uma etapa natural de encerramento da vida - o luto, a nomeação, o sepultamento digno - se converte em um desaparecimento sem registro.

A dimensão política dessa invisibilidade é explorada por Furtado (2021), que mobiliza a noção de “existências-relâmpago” a partir das reflexões de Michel Foucault sobre as chamadas “vidas infames”. No ensaio A vida dos homens infames (2010), Foucault evidencia como determinadas existências emergem no campo da visibilidade apenas quando capturadas por dispositivos de poder, geralmente em situações-limite, sendo rapidamente reconduzidas ao anonimato. Nessa chave interpretativa, Furtado compreende as “existências-relâmpago” como vidas que se tornam visíveis apenas no instante de sua interrupção trágica: ao mesmo tempo em que suscitam denúncia ou mobilização política, retornam, em seguida, ao silêncio e à condição de não reconhecimento. A morte, nesse

contexto, não apenas encerra a vida, mas revela a precariedade estrutural que a atravessava.

Para Butler (2015), essa precariedade não é apenas uma condição existencial, mas política e relacional. Uma vida é considerada “vivível” apenas se for reconhecida dentro de um conjunto normativo que atribui valor, proteção e possibilidade de luto. Aquelas vidas que não são apreendidas como passíveis de sofrimento e perda, ou seja, como dignas de serem choradas são vidas que, para o Estado e para a sociedade, nunca chegaram a existir plenamente. São vidas suspensas, descartáveis, descartadas.

Esse cenário se torna ainda mais grave diante da constatação de que o Brasil, historicamente, negligenciou a produção de dados sistemáticos sobre a população em situação de rua. Como destacam Furtado (2021) e Costa (2016), até meados dos anos 2000 não existia qualquer contagem nacional regular sobre esse grupo. A luta do MNPR por visibilidade estatística culminou na realização do primeiro levantamento oficial em 2008 e na posterior construção do censo nacional da população em situaçao de rua, que revelou um crescimento exponencial da população em situação de rua no país (Brasil, 2023) e, em particular, nas capitais nordestinas, como Salvador (Salvador, 2023).

Em Salvador, o levantamento realizado pelo Projeto Axé também aponta para a escassez de informações consistentes sobre as condições de vida e morte dessas pessoas. A ausência de dados detalhados sobre a mortalidade entre a população em situação de rua na cidade é um reflexo direto da invisibilidade estrutural que impede que essas mortes sejam registradas, analisadas e transformadas em pauta política. Ao não contar, o Estado nega a existência. E ao não reconhecer, reproduz a lógica da necropolítica, em que certos corpos são descartáveis por definição (Mbembe, 2018).

A invisibilidade, portanto, não é apenas uma metáfora da exclusão, mas um dispositivo político que organiza quem merece ser cuidado e quem pode ser deixado à própria sorte. Ela opera tanto na ausência de políticas públicas quanto na burocratização da morte, impedindo que essas vidas sejam lembradas, registradas ou enlutadas. O desafio ético, político e epistemológico está em romper essa lógica e isso só se faz produzindo visibilidade: simbólica, estatística e social.

FORMAS DE PERTENCIMENTO E AFETOS: RESILIENCIA E LUTA POR RECONHECIMENTO

Diante de uma realidade marcada pela exclusão, precariedade e negação institucional, a existência de vínculos afetivos e redes de pertencimento entre pessoas em situação de rua revela uma dimensão de resistência nem sempre visível aos olhos do Estado ou da sociedade. Ainda que a invisibilidade social atravesse suas vidas, muitos moradores de rua desenvolvem estratégias relacionais, práticas coletivas e laços comunitários que os sustentam diante das adversidades, inclusive diante da morte.

Na tese de Alvarez (2003), a noção de encontro transformador emerge como um conceito central para compreender os processos subjetivos de resiliência entre moradores de rua. A autora mostra que, mesmo em contextos de extremo abandono, surgem experiências de afeto, confiança e acolhimento que operam como forças restauradoras. Tais encontros ocorrem, por exemplo, entre pessoas em situação de rua e professores aposentados, líderes religiosos ou voluntários que estabelecem vínculos horizontais, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e histórias. Esse gesto de reconhecimento é, segundo Alvarez, capaz de inaugurar novas configurações psíquicas e resgatar a autoestima e o senso de pertencimento de quem vive nas margens.

Essas relações não apenas resgatam vidas, mas também mobilizam sentidos simbólicos diante da morte. Um morador de rua que, em vida, foi reconhecido por sua comunidade, seja entre seus pares ou junto a apoiadores, tende a ser velado, lembrado, citado em orações, homenageado por velas, fotos, desenhos ou pequenas cerimônias informais. Alvarez relata, inclusive, situações em que os próprios moradores de rua organizaram pequenos rituais para sepultar companheiros falecidos, como forma de não permitir que aquela vida desaparecesse em completo silêncio (Alvarez, 2003). Esses gestos compõem uma ética da presença que contesta, ainda que simbolicamente, a necropolítica do esquecimento.

Furtado (2021) e Costa (2016) também registram essa dimensão de luta e cuidado nas redes afetivas que se formam entre os próprios sujeitos em situação de rua. Ambos destacam que, em muitos casos, a dor da perda de um

companheiro, mesmo sem laços de sangue, gera manifestações de luto coletivo, como cortejos espontâneos, lamentos públicos e protestos. Essas práticas ritualizadas demonstram que, ainda que o Estado negue o luto formal, a comunidade de rua constrói seus próprios códigos de memória e reconhecimento.

Um exemplo emblemático dessa articulação entre luto e luta é a atuação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Como descreve Costa (2016), o movimento nasceu do impacto simbólico do massacre da Praça da Sé, e desde então atua politicamente em defesa da memória dos mortos e da dignidade dos vivos. A cada 19 de agosto, o MNPR promove manifestações em diversas cidades do país, realizando cerimônias públicas, pronunciando os nomes dos mortos, acendendo velas e levando cruzes com identificação simbólica. Essas ações performativas reforçam o pertencimento coletivo e inscrevem essas vidas em uma narrativa de resistência.

A potência desses vínculos, contudo, depende de sua sustentação no tempo. Alvarez (2003) observa que, sem apoio contínuo de políticas públicas e da sociedade civil, as experiências transformadoras vividas por moradores de rua tendem a ser interrompidas. A ausência do Estado rompe com a continuidade dos vínculos, e a pessoa retorna ao circuito da marginalidade. O mesmo vale para os rituais da morte: sem redes de apoio estáveis, o risco de um enterro anônimo e solitário se torna regra.

Nas ruas de Salvador, ainda que faltem pesquisas etnográficas sistemáticas, o levantamento do Projeto Axé (Salvador, 2023) identifica formas de socialidade e vínculos comunitários estabelecidos entre pessoas em situação de rua. Muitos compartilham alimentos, protegem uns aos outros, trocam informações sobre locais seguros e dividem espaços para dormir. É possível que, nesses contextos, também se produzam formas de despedida e homenagens diante da morte, ainda que essas práticas não estejam devidamente documentadas. O desafio de futuras pesquisas de campo será justamente captar essas dinâmicas e interpretá-las à luz das experiências de pertencimento e da luta simbólica por dignidade.

Essas formas de afeto e resiliência revelam que, mesmo nos espaços mais marcados pela negação, é possível afirmar a vida e a memória como

práticas políticas. Como propõe Butler (2015), o reconhecimento da precariedade do outro exige o abandono de padrões normativos excludentes e o cultivo de uma ética relacional que valorize todas as vidas como vidas dignas de luto e cuidado. Nos encontros que produzem reconhecimento mútuo, emerge a possibilidade de romper com o ciclo da exclusão e reinscrever essas vidas e mortes no horizonte da cidadania e da humanidade.

NECROPOLÍTICA E INVISIBILIDADE NA MORTE: POSSIBILIDADES PARA O CONTEXTO DE SALVADOR

A invisibilidade que marca a vida das pessoas em situação de rua frequentemente persiste após a morte. A ausência de registros civis, vínculos familiares e proteção estatal resulta em mortes que não mobilizam ritos, nem políticas públicas de cuidado ou memória. Como demonstra Furtado (2021), em Porto Alegre, os corpos de moradores de rua são rotineiramente tratados como "óbitos não comercializáveis", sepultados sem cerimônia e, após três anos, exumados e transferidos para ossuários comuns, sem qualquer marca de identidade. Esse tratamento institucionalizado da morte expressa uma política de esquecimento, que prolonga e consolida a exclusão já vivida em vida.

Mbembe (2018) conceitua esse processo como necropolítico: o exercício do poder por meio da produção da morte e da gestão seletiva dos corpos, em que certas vidas são consideradas descartáveis. Essa gestão da morte, como observa Butler (2015), ocorre dentro de uma lógica de reconhecimento desigual: o que não é passível de luto não é considerado verdadeiramente humano. Assim, o não reconhecimento da morte digna de alguém em situação de rua é a continuação simbólica de uma vida que já fora invisibilizada.

Os dados do censo nacional da população em situaçao de rua (Brasil, 2023) revelam o crescimento da população em situação de rua no país, inclusive em Salvador. O Projeto Axé, por sua vez, denuncia a fragilidade documental e a desproteção institucional dessa população na capital baiana. Contudo, não há, até o momento, levantamentos sistematizados sobre o tratamento da morte dessas pessoas em Salvador, tampouco registros consistentes sobre os ritos de despedida, os procedimentos de sepultamento ou a eventual mobilização de redes de apoio (Salvador, 2023).

Diferentemente de cidades como São Paulo e Porto Alegre, onde as práticas necropolíticas foram analisadas por meio de etnografias (Furtado, 2021; Costa, 2016) em Salvador, a escassez de dados impede conclusões. O que é possível afirmar, com base nas fontes disponíveis, é que há lacunas informacionais que refletem o descaso institucional. O silêncio do Estado diante da morte nas ruas soteropolitanas pode, em si, ser interpretado como mais uma face da invisibilidade.

Ainda que não se tenha identificado, até o momento, um movimento local com a estrutura e a projeção do MNPR, como ocorre em outras capitais, não se pode afirmar a inexistência de práticas comunitárias ou rituais alternativos de luto entre pessoas em situação de rua em Salvador. Ao contrário: a presença de redes de sociabilidade, relatadas pelo Projeto Axé, indica a existência de vínculos afetivos e trocas solidárias que podem, eventualmente, se estender à vivência da morte (Salvador, 2023).

Por isso, mais do que afirmar uma ausência, este artigo propõe uma hipótese investigativa: em que medida os padrões de obliteração da morte observados em outras cidades se repetem em Salvador? Existem rituais de despedida informais? Como os serviços públicos reagem diante de óbitos na rua? Há familiares envolvidos? Há mobilizações, protestos, resistências?

Responder a essas questões exigirá uma escuta atenta das narrativas de pessoas em situação de rua na cidade, bem como o acompanhamento de instituições e agentes públicos que atuam nesse campo. Ao levantar essas perguntas, este artigo não encerra um diagnóstico, mas propõe uma agenda de investigação crítica, necessária para dar visibilidade ao que, até agora, permanece ausente: o direito de morrer com nome, com rito e com dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte nas ruas, muitas vezes silenciosa e sem rituais, revela a face mais crua da exclusão social. Este artigo buscou problematizar essa realidade a partir de uma revisão crítica de três estudos etnográficos realizados em Porto Alegre e São Paulo, articulando-os com os dados do censo nacional da população em situaçao de rua (Brasil, 2023) e do levantamento realizado pelo Projeto Axé em Salvador (Salvador, 2023). Com base nesse material, discutiram-se as

dimensões da invisibilidade social, da obliteração da identidade na morte e da ausência de reconhecimento estatal, compreendidas à luz dos conceitos de necropolítica (Mbembe, 2018) e de luto diferencial (Butler, 2015).

A análise permitiu observar que a morte das pessoas em situação de rua não é apenas um fato biológico ou circunstancial, mas um acontecimento político, marcado por decisões institucionais que regulam quem deve ser velado, lembrado ou simplesmente esquecido. Em Porto Alegre e São Paulo, os relatos etnográficos demonstram a atuação sistemática do Estado na negação do reconhecimento simbólico e na padronização administrativa da morte como descarte (Alvarez, 2003; Costa, 2016). Tais práticas, longe de serem excepcionais, integram uma lógica de gestão da vida e da morte que produz e reforça a marginalização.

No caso de Salvador, o cenário é marcado pela escassez de estudos específicos sobre os ritos da morte nas ruas. Os dados disponíveis revelam uma população crescente em situação de rua, com acesso precário a políticas públicas e marcada por vínculos sociais fragilizados (Salvador, 2023). No entanto, pouco se sabe sobre o que ocorre após a morte: há rituais? Há mobilizações? Há redes que resistem à obliteração? Essa ausência de informação, por si só, já constitui um dado relevante, pois revela o quanto essas vidas e suas mortes continuam sendo invisibilizadas.

Este trabalho, portanto, não pretende concluir, mas abrir caminhos para futuras investigações empíricas no contexto de Salvador, que possibilitem compreender como se dá o morrer nas ruas da cidade: quais práticas informais se formam, como o Estado responde, que vínculos resistem. Trata-se de um convite à escuta e à visibilização de histórias que ainda não foram contadas e que precisam ser reconhecidas, não apenas em sua dor, mas também em sua dignidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. **Resiliência e encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo**. 2003. 405f. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. DOI: https://www.doi.org/10.11606/T.6.2003.tde-03122020-133300.

BRASIL Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, DF. MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. Morte e vida nas ruas de São Paulo: uma visão biopolítica do Centro. *In*: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. **Novas Faces da Vida nas Ruas.** São Carlos/SP: EDFSCar, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

FURTADO, Calvin Da Cas. Existências-relâmpago: notas etnográficas sobre o morrer no mundo da rua. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 187-209, jul./dez. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini; revisão técnica de Cezar Bartholomeu. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SALVADOR. Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer. Projeto Axé. **Sumário executivo de pesquisa** [livro eletrônico]: mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador. Lucas Vezedek *et al*. (organização e revisão). Salvador, BA: Centro Projeto Axé, 2023. Disponível em: https://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2024/01/Sum%C3%A1rio-Executivo-de-Pesquisa-Censo-POP-Rua-em-Salvador-ARQUIVO-FINAL-PDF.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.